

5. Conclusão

O movimento dos seringueiros reúne uma série de elementos que não apenas complexificam as análises acerca da trajetória de um ator coletivo, como lançam novas reflexões direcionadas à dinâmica das relações sociais. Inicialmente um ator local, o movimento surge marcado pela ação dos mediadores, em especial a Igreja Católica e a Contag, no estado do Acre. Fundamentais para a sua ascensão, estes mediadores lograram estabelecer laços de solidariedade entre os integrantes do movimento por meio da conscientização do grupo e da construção/atribuição de uma identidade. Atuaram como tradutores da legislação vigente, buscando adaptá-la às particularidades encontradas no estado. Por sua vez, procuraram simultaneamente adaptar os seringueiros ao ordenamento legal, enquadrando-os na categoria de posseiro, estratégia que encontrou uma rápida aceitação entre estes atores em virtude do fechamento relativo das oportunidades políticas locais e nacionais.

Se a identidade de posseiro foi formulada em um primeiro momento sem a participação ativa dos receptores, sendo por este motivo atribuída na medida em que sucedeu de fora para dentro, em um segundo momento este cenário tendeu a se modificar. Os próprios seringueiros corroboraram neste processo, atuando e influenciando para que esta identidade se consolidasse por meio do discurso propagado e por seguirem as orientações da Contag. De meros objetos, como se poderia inferir diante do quadro inicial, os seringueiros também figuraram como sujeitos, consolidando um duplo papel que irá caracterizar a trajetória deste ator coletivo, especialmente ao longo de sua transposição para outros planos.

Contudo, os acontecimentos no plano local, associados ao insucesso das ações coletivas, os empates, contribuíram para alterar o cenário em questão. Diante de uma ameaça de desmobilização do grupo em um contexto marcado por divergências internas, o que poderia resultar no seu fim, os seringueiros se rearticularam a partir de Xapuri. O ator coletivo “em movimento” procurava firmar-se em sua nova fase. Ao

distanciar-se dos antigos aliados e mediadores fazia-se necessário criar/consolidar uma identidade própria, a de seringueiro, apartando-se, assim, de uma identidade construída/atribuída. O seringueiro, a despeito de designar uma identidade profissional, deveria igualmente caracterizar uma identidade política, estabelecendo a diferenciação entre os lados da contenda, antes promovida pelos mediadores através da identidade de posseiro. Destarte, a partir dos anos 80, o movimento busca novos aliados e novos mediadores, fomentando a construção da identidade seringueira seja por iniciativas como a implantação do Projeto Seringueiro, seja pela ação conjunta nos empates.

De todos os modos, a interação social, partindo de experiências cotidianas servirá de suporte ao longo deste processo. Calcadas na “cultura da floresta”, tais experiências envolviam uma gama de símbolos e valores inscritos não só nas atividades extrativistas – a extração do látex, a coleta da castanha –, mas em práticas do dia-a-dia e crenças sobrenaturais: o catolicismo coexistia com fenômenos como a panema e entidades da floresta (a Mãe Seringueira, o Curupira). Congregavam a união de uma herança do indígena e do branco (nordestino). E foi o respaldo cultural que permitiu a consolidação desta identidade em um curto período, rechaçando-se uma possível retórica do discurso. Foi igualmente este respaldo que possibilitou o estabelecimento de uma identidade mínima simultaneamente à construção da identidade seringueira.

A formação de uma identidade compartilhada entre seringueiros e ambientalistas foi priorizada neste estudo, conquanto não tenhamos negligenciado as implicações de uma ação transnacional – a atuação conjunta em campanhas internacionais – e, principalmente da mediação e do padrão bumerangue. Com efeito, todos estes fatores estão interligados, como salientamos no capítulo 2, visto que a ação conjunta transnacional, via mediação, possibilita a interação entre os atores de origens distintas e, a partir da troca de informações no momento da ação, a formação de uma identidade compartilhada. A ênfase na construção da identidade pautada por uma questão universal – a defesa da floresta tropical, do meio ambiente – propiciou a abordagem de questões relevantes para a transnacionalização do movimento. Primeiramente, este fato comprova nossa hipótese de que o processo de

transnacionalização do movimento encerra uma mudança cognitiva entre os seringueiros, no que pese os benefícios provenientes da aproximação destes atores, principalmente no que tange aos recursos financeiros recebidos de ongs e entidades internacionais. Ademais, nos auxilia na compreensão acerca do local, o global e o transnacional como dimensões constitutivas do movimento ao longo de sua transposição.

Ao incorporar um discurso ambientalista em suas práticas locais a partir do contato com ativistas transnacionais, o movimento foi capaz de construir uma identidade inclusiva, de caráter global, baseada no mínimo em comum reconhecido pelos atores envolvidos. Como na formação da identidade seringueira, aliando racionalidade e intersubjetividade, entendemos que a identidade ambientalista adotada pelo movimento foi possível devido à cultura do seringueiro, que compreende entre crenças e símbolos as atividades extrativistas. Tais atividades, reconhecidamente auto-sustentáveis, inserem-se nos valores destes atores e, assim, em sua identidade-base: a de seringueiro. Assim, a identidade ambiental superpõe-se a de seringueiro, sem negá-la, já que esta permitiu a perenidade daquela entre os integrantes do grupo, apesar da minimização do apoio de ongs e entidades internacionais ao movimento. Outrossim, confirma-se novamente a influência mútua ente o particular e o universal.

Ainda neste ponto, surgem outras considerações. Ao formar uma identidade global, balizada pela proteção da Amazônia, torna-se possível inferir que o movimento experimentou sua globalização, superando a dimensão local e atingindo a global. Como verificamos anteriormente, a formação da identidade ambiental consistiu no fator que permitiu ao movimento consagrar-se como um ator coletivo transnacional, visto que a definição de movimentos transnacionais, conforme empregada por Sikkink e Tarrow, apresenta como um requisito a atuação de membros em mais de um estado em ações coordenadas. Por conseguinte, o simples contato com ativistas, formando redes transnacionais e a ação conjunta em campanhas internacionais, além do apoio recebido e do grande volume de recursos financeiros destinados aos seringueiros, não logrou efetivar a transnacionalização do movimento.

Ao afirmarmos que o estabelecimento de uma identidade global tornou exequível a transposição do grupo para além de sua localidade, estamos assumindo que a globalização experimentada pelos seringueiros implicou em sua transnacionalização. Esta constatação, ao condicionar a transnacionalização à globalização, desmistifica uma pretensa oposição entre os dois processos. Apesar de o primeiro salientar e ratificar a relevância da questão territorial para a análise teórica, a permanência dos limites geográficos não se contrapõe ao processo de globalização, conforme discutimos na primeira parte deste trabalho. Entre os exemplo, citamos a proposta das Resex, que se destacou como uma solução local, restrita às áreas demarcadas, para um problema global. Assim, na dinâmica global, dois processos aparentemente opostos coexistem – a territorialização e a desterritorialização –, fato que torna compatível a concretização do processo transnacional pelo global.

Estas observações nos sugerem que as análises sobre o processo de transnacionalização dos movimentos sociais devem ser retomadas sob uma percepção que considere a relevância da dimensão global para o processo. No que diz respeito aos seringueiros, a influência desta dimensão superou um papel marginal, deslocando-se para o centro, na medida em que foi fundamental para a constituição de um movimento transnacional. Assim, o movimento dos seringueiros sinaliza um marco para o estudo destes processos, compreendendo o local, o transnacional e o global como dimensões constitutivas do ator coletivo. Para além de uma análise que enfoque a relação entre o global e o local, finalizamos com a seguinte proposta: a nova agenda sobre movimentos sociais deve direcionar-se para investigar a relação entre o transnacional e o global, o que não resulta em negligenciar o plano local, pois este insere-se na própria dinâmica global.